

ANÁLISE DA **REFORMA TRIBUTÁRIA**

ANO 5 • 135ª EDIÇÃO

BRASÍLIA,
25 DE ABRIL DE 2024

representa**coop**

 **SistemaOCB**
CNCOOPI | OCB | SESCOOP



Governo entrega primeiro texto da Regulamentação da Reforma Tributária

Nesta quarta (24/04), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou à Câmara dos Deputados o PLP 68/2024, o primeiro e principal projeto de regulamentação da reforma tributária sobre o consumo.

O texto tem cerca de 300 páginas e 500 artigos que tratam das normas comuns à **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)**, ao **Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)** e ao **Imposto Seletivo (IS)**. O projeto também dispõe sobre a transição do sistema tributário atual para o novo.

O segundo projeto, que deve ser apresentado até o dia 10 de maio, será focado na gestão e administração do IBS e na atuação do Comitê Gestor.

Já no âmbito do Congresso Nacional, o Grupo de Trabalho Paralelo, constituído por diversas Frentes Parlamentares, apresentou 13 Projetos de Lei Complementar. Na análise política de hoje, traremos o detalhamento dessas propostas, a atuação do Sistema OCB e os próximos passos. Boa leitura!



Contexto Político



Apesar da avaliação do governo de que o cenário no Congresso Nacional está propício para a discussão da regulamentação da reforma tributária ainda neste ano, a relação entre os poderes ainda não é completamente harmoniosa.

Lula tem enfrentado alguns desafios como orçamento e emendas parlamentares, além da sucessão da presidência da Câmara e as discussões em torno da desoneração da folha de pagamentos, que ainda são fatores de atrito entre os congressistas e o Poder Executivo.

Ainda que o presidente da Câmara, Arthur Lira (AL) tenha recebido a proposta do Executivo das mãos do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ele optou por não participar da coletiva de imprensa, onde foram abordados alguns tópicos do texto e as expectativas do governo.

Após a entrega do projeto, o ministro foi ao encontro do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (MG), que tem adotado uma postura mais cooperativa com o avanço das pautas prioritárias do governo.



Principais pontos do texto



A alíquota do Imposto de Valor Agregado (IVA) será entre **25,7%** e **27,3%**, com a **média de 26,5%**.



Desoneração de 18 categorias de produtos da cesta básica e os demais itens terão redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS.



Prevê a **devolução de até 50% dos tributos pagos nas contas** de luz, água e esgoto para famílias com renda per capita de até meio salário-mínimo (cerca de R\$ 706). No caso do gás de cozinha, pode chegar a 100%.

Principais pontos do texto



Redução de 30% nas alíquotas do IBS e da CBS sobre a prestação de serviços de **18 profissões regulamentadas de natureza científica, literária ou artística.**



Incidência de **Imposto Seletivo** para veículos, produtos do fumo, bens minerais extraídos, bebidas alcoólicas e açucaradas.



Redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS para **9 categorias de serviços de educação**, entre os quais ensino infantil, fundamental e médio.

E o Congresso Nacional?

Além de ter a missão de deliberar sobre as propostas encaminhadas pelo Poder Executivo ainda este ano, até o momento, outros 13 projetos sobre o tema tramitam no Parlamento.

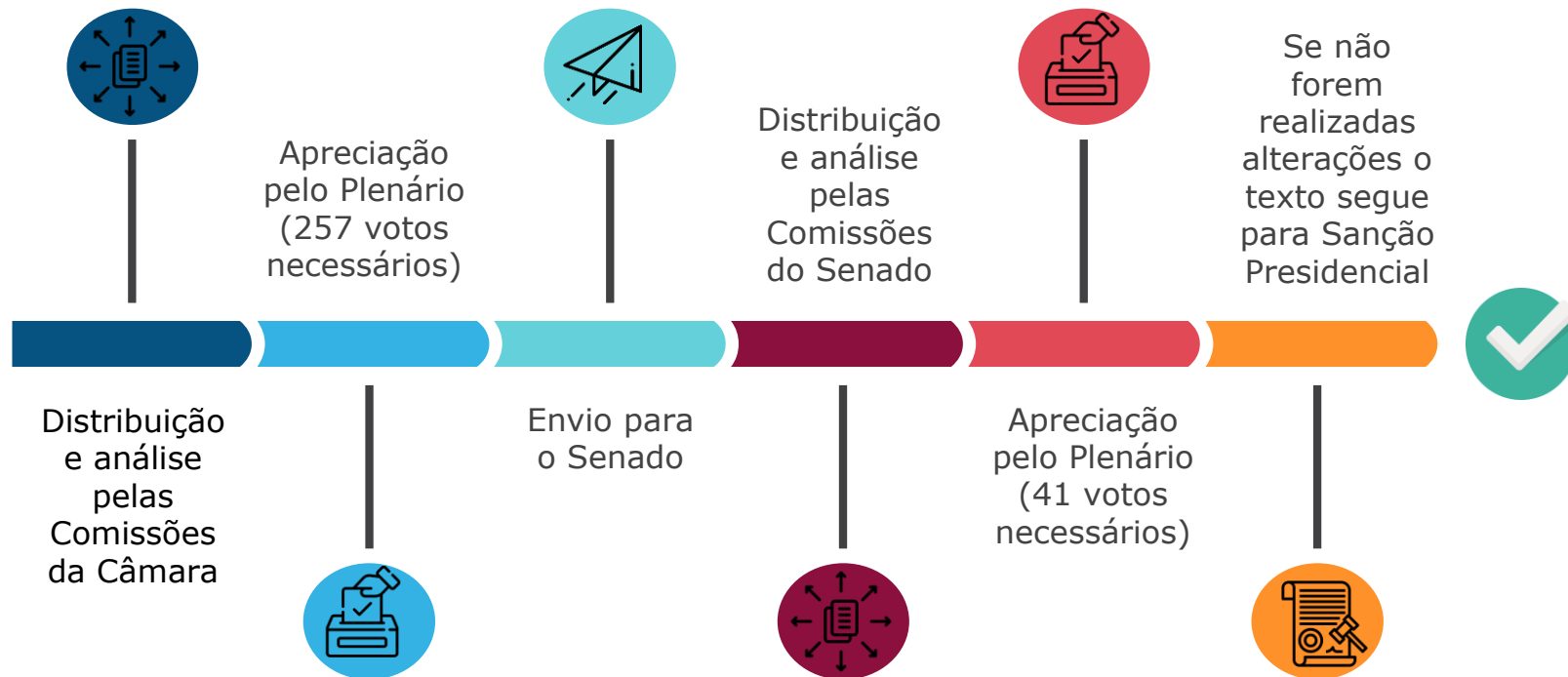


O presidente da Câmara, Arthur Lira (AL), assumiu o compromisso de **concluir a tramitação do primeiro texto do Executivo até o recesso parlamentar, em 17 de julho**. Apesar desta previsão, ainda há dúvidas se em um ano de eleições municipais e com a janela de votações mais apertada, haverá tempo necessário para se deliberar um tema tão complexo e extenso.



Quais são os próximos passos

Projetos de lei complementar possuem um rito de tramitação definido e sempre iniciam sua tramitação pela Câmara dos Deputados, à exceção das matérias apresentadas por senadores, que começam no Senado.



Contudo, conforme indicado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, há a possibilidade de os projetos serem analisados por **dois Grupos de Trabalho distintos**, o que traria celeridade na tramitação em ano de eleições municipais.

Projetos apresentados pelo GT Paralelo com maior impacto para o coop

PLP 58/24

Regulamentação de regimes específicos

PLP 48/24

Operações com bens e serviços submetidos a alíquota reduzida

PLP 52/24

Regimes específicos para saúde e sistema financeiro

PLP 35/24

Cesta Básica

Os demais projetos em tramitação

[PLP 53/24](#)

Regime especial em zonas de exportação e importação

[PLP 29/24](#)

Imposto seletivo

[PLP 33/24](#)

Contratos de longo prazo

[PLP 43/24](#)

Regime específico de combustíveis e biocombustíveis

[PLP 47/24](#)

Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio

[PLP 49/24](#)

Não cumulatividade

[PLP 50/24](#)

Fiscalização, coordenação e interpretação do IBS e da CBS

[PLP 51/24](#)

Zona Franca de Manaus

[PLP 55/24](#)

Regime específico de tributação de bens imóveis

Saiba mais sobre a atuação do Sistema OCB



Durante as discussões que culminaram na proposta apresentada, o Sistema OCB encaminhou diversas contribuições para Poder Executivo (PAT-RTC), com insumos técnicos para os seguintes grupos de trabalho: **GT 3:** Regime Específico de serviços financeiros **GT 6:** Demais Regimes Específicos (inclui o debate sobre ato cooperativo; **GT 7:** Operações com bens e serviços submetidos a alíquota reduzida; e **GT 13:** Cesta Básica e Cashback.



Neste mesmo sentido, o Sistema OCB esteve presente nas discussões das propostas da Reforma Paralela, apresentadas de forma conjunta por diversas Frentes Parlamentares do Congresso Nacional, com apoio de entidades da sociedade civil e de setores econômicos. Como fruto dessas discussões, foram apresentadas diversas propostas, com destaque para o PLP 58/2024, que trata sobre regimes específicos, incluindo o reconhecimento do adequado tratamento tributário ao ato cooperativo.



Neste momento, o **GT do Sistema OCB sobre Reforma Tributária** está debruçado sobre o texto do Governo que regulamenta o sistema tributário, com intuito de propor aprimoramentos da proposta para todos os ramos do cooperativismo, conforme as premissas da Emenda Constitucional 132/2023. Nos próximos dias estaremos focados em pautarmos os parlamentos da Frencoop e aprofundarmos o debate com o Governo sobre a proposta.

Acesse as edições anteriores.



Acompanhe nosso trabalho em:



sistemaocb